



1 ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS - Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e  
2 dezesseis, às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 42 –  
3 sala 4 do Edifício Cathedral, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima reunião ordinária do  
4 Conselho Municipal de Saúde. Presentes os conselheiros Titulares: Elaine Cristina Lupepsa Machado,  
5 Carlos Eduardo Coradassi, Isaías Cantóia, Simone Schenfeld Monçalves, Elaine Cristina Antunes  
6 Rinaldi, Ines Chuy Lopes, Fábica Cristine Rocha, Regina Rosa Pedrozo, Bruno Cavasotti Almeida Pereira,  
7 Cláudia Cristina Saveli, Márcia Therkes, Péricles Martim Reche, Leandro Soares Machado, Recson  
8 Eder Marques Pelentil, Paulo Saincler Heusi, Juliana de Jesus Maciel, José Timóteo Vasconcellos  
9 Sobrinho, Luiz Carlos de Oliveira, Candido José Coesel e Ana Maria Bourguignon de Lima.  
10 Conselheiros Suplentes: Recson Eder Marques Pelentil, Ana Caetano Pinto, Andréa Marques Ribeiro  
11 Ana Paula de Andrade Roberti. O Presidente em exercício Leandro Soares Machado assume os  
12 trabalhos e procede a abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura**  
13 **e Aprovação das atas: 9ª ata de reunião Ordinária, e da 3ª reunião extraordinária. 2. Relato Geral.**  
14 **2.1. Relato das Comissões. 3. Informes Gerais: 4. Ordem do Dia. 4.1. Votação do cadastro das**  
15 **entidades: “Asilo São Vicente de Paulo”, “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)”,**  
16 **“Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais”, “Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa**  
17 **(ADFPG)”, “Associação Pontagrossense de Portadores das Deformidades Faciais (APPDF)”,**  
18 **“Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa (ASSARTE)”. 4.2. Apresentação do Plano da**  
19 **Entidade Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa (ASSARTE). 4.3. Votação do Projeto**  
20 **Consultório na Rua. 1. Leitura e Aprovação das atas: 9ª ata de reunião Ordinária e da 3ª reunião**  
21 **extraordinária. Atas aprovadas sem ressalvas. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões. A**  
22 **Conselheira Márcia Therkes faz o relato da comissão de Vigilância à Saúde e da Comissão de**  
23 **Assistência à Saúde, uma vez que as duas comissões se reuniram juntas com o mesmo assunto em**  
24 **pauta, que seria: Deliberação do projeto consultório na rua. Em reunião no dia 19 de maio de 2016,**  
25 **presentes os conselheiros: Márcia Therkes, Candido José Coesel, Diego Osmar Rodrigues, Luiz Carlos**  
26 **de Oliveira e Simone Schenfel Monçalves. Paulo Saincler Heusi, José Timoteo Vasconcellos Sobrinho.**  
27 **Ausentes os conselheiros: Péricles Martim Reche, Claudia Cristina Saveli, Jefferson Leandro Gomes**  
28 **Palhão, Isaías Cantoia Luiz, Leandro Santos Dias. Ana Maria Bourguignon de Lima, Juliana de Jesus**  
29 **Maciel, Leandro Soares Machado. Iniciamos reunião às 18h05min com os conselheiros aqui**  
30 **presentes, o autor do projeto esta presente para esclarecimento sobre o mesmo. O conselheiro Paulo**  
31 **Heusi questiona sobre a equipe que compõe o projeto, pois acha não ser o suficiente, já que, não**  
32 **existe no projeto a figura do profissional médico. Foi relatado pelo autor que existem 170 moradores**  
33 **em situação de rua aproximadamente, com características itinerantes, cadastradas no Cadastro**  
34 **Único do Governo Federal para programas sociais (CadÚnico), segundo o autor estamos enquadrados**  
35 **na modalidade II, que trás 6 profissionais, sendo eles, três de nível superior e três de nível médio. A**  
36 **ideia do projeto é promover acesso a essa população ao sistema de saúde, o trabalho da equipe é**  
37 **interdisciplinar, no qual, a abordagem de qualquer um dos integrantes é fazer o acolhimento,**  
38 **entender a historia de vida, assim como histórico saúde ou doença dessa população de rua, ou seja,**  
39 **criar um vínculo com ela. O consultório na rua é a ponte entre a rua e o sistema de saúde, o médico**  
40 **nesse momento, embora de grande importância, não se enquadra na modalidade pleiteada. A**  
41 **proposta do projeto é de grande importância, já que neste momento o Ministério da Saúde esta**  
42 **liberando as verbas necessárias para que ele ocorra, porém não sabemos, devido à crise política, se**



43 no futuro o Ministério da Saúde irá priorizar essas metas em seu governo. O projeto não é  
44 assistencialista, e sim propõe a princípio vínculo com essa população que atualmente está à margem  
45 da comunidade. Outro questionamento do conselheiro Paulo Heusi é sobre o valor que virá caso o  
46 projeto for aprovado, o autor do projeto refere que embora pareça ser muito não é, pois os insumos  
47 que serão adquiridos usarão todo o recurso. Mesmo que a quantidade de pessoas venha a aumentar  
48 com o decorrer da atuação da equipe, o dinheiro estabelecido pelo ministério da saúde não altera, e  
49 sim permanece o mesmo, pois ele decorrente da modalidade II, onde o valor é fixo. O conselheiro  
50 José Timóteo Vasconcellos questiona sobre o transporte da equipe, o autor refere que pode ser tipo  
51 Van, Kombi ou outros utilitários que comporte a equipe. Será a princípio fornecida pelo município,  
52 tendo a possibilidade de futuramente ser adquirido com recursos do projeto, refere ainda, que as  
53 pessoas não serão atendidas dentro desse veículo e sim direcionados ao sistema de saúde mais  
54 próximo, sendo transportado pelo próprio veículo ou direcionado por outros meios de transporte a  
55 depender do estado de saúde do indivíduo. A conselheira Simone questiona o local de  
56 encaminhamento do assistido, no entanto, já foi contemplada a resposta pelo questionamento do  
57 conselheiro Paulo ao questionamento se o projeto será somente realizado na cidade de Ponta Grossa  
58 ou região, o autor do projeto refere que é um programa nacional, já existindo em outras cidades do  
59 Paraná como exemplo Curitiba. Ressalta que a carga horária descrita no projeto é 30 horas semanais,  
60 podendo a equipe trabalhar a noite, aos sábados, domingos e feriados. A equipe deverá se adaptar a  
61 população é algo dinâmico. O autor do projeto ressalta que, independente do projeto consultório na  
62 rua, atender essa população é uma das prioridades de assistência das políticas de atenção básica,  
63 portaria 2488 de 21 de outubro de 2011 e portaria 122 de 25 de janeiro de 2011. A comissão indica  
64 pela aprovação do projeto. Encerra-se a reunião às 19h00min. A conselheira Cláudia Saveli faz o  
65 relato da Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos do dia 23 de maio de 2016, com pauta: 1.  
66 Avaliação do plano de aplicação da Rede Feminina de Combate ao Câncer. 2. Atualização da  
67 documentação das entidades para credenciamento. Presentes os Conselheiros: Leandro Soares  
68 Machado, Ines Chuy Lopes e Cláudia Cristina Saveli. Ausentes os conselheiros: Leandro Santos Dias,  
69 Juliana de Jesus Maciel, Rosélia de Lourdes Ribeiro, Diego Osmar Rodrigues, Regina Rosa Pedrozo  
70 Rosa, Simone Schenfel Monçalves, Elaine Cristina Lupepsa Machado, Elaine Cristina Antunes Rinaldi.  
71 Reuni-se às 17h00min, prorrogado até às 17h30min, devido falta de quórum. Iniciado reunião às 17h  
72 30min. Iniciou-se a conferência dos documentos enviados pelas entidades para cadastro de novas  
73 entidades e renovação das já cadastradas. Foi analisado o plano de aplicação para 2016 da entidade  
74 Rede Feminina de Combate ao Câncer, observado que a carga horária do assistente social está em  
75 desacordo com a legislação vigente (Lei nº 12.317 de 26/08/2010, em seu artigo 5º e artigo 2º), deve  
76 ser readequada a carga horária. Observou-se que o atendimento de usuários de outros municípios  
77 tem um percentual de 40%, deve-se verificar a pactuação com outros municípios que estão sendo  
78 contemplados por este serviço. A comissão se reuniu novamente no dia 31 de maio de 2016. Com os  
79 presentes conselheiros: Leandro Soares Machado, Ines Chuy Lopes, Regina Rosa Pedrozo Rosa e  
80 Simone Schenfel Gonçalves. Conselheiros ausentes: Leandro Santos Dias, Juliana de Jesus Maciel,  
81 Rosélia de Lourdes Ribeiro, Diego Osmar Rodrigues, Elaine Cristina Lupepsa Machado, Elaine Cristina  
82 Antunes Rinaldi e Cláudia Cristina Saveli. Tendo em pauta: 1. Avaliação do plano de aplicação da Rede  
83 Feminina de Combate ao Câncer. 2. Atualização da documentação das entidades para  
84 credenciamento. 1. Em reunião com a representante legal da Rede Feminina de Combater ao Câncer



85 sanado as dúvidas e a entidade protocolou novo projeto com as devidas correções. PARECER: A  
86 Comissão entende que a entidade preenche todos os requisitos e encaminha projeto para o pleno  
87 com parecer favorável. 2. CERTIFICAÇÃO: A comissão não chegou a um consenso, pois se aplicarmos  
88 a Resolução Nº 008/06/2015, todas as entidades com documentação pendente estão  
89 automaticamente descredenciadas deste Conselho. PARECER: A Comissão encaminha as entidades  
90 com pendência de documentação para discussão em pleno, pois não chegou a homogêneo. Reunião  
91 encerrada às 18h10min. O presidente em exercício Leandro Soares Machado propõe que seja lida  
92 cada entidade e dado uma resposta individual a cada uma. Por unanimidade dos presentes, votado  
93 para resposta massificada. A conselheira Regina Rosa Pedrozo fala que o conselho tem uma  
94 resolução a ser seguida e um prazo a ser cumprido, as entidades que não forem deferidas podem  
95 causar um acionamento do Conselho pelo Ministério Público, mas que o mesmo está amparado por  
96 lei, uma vez que se tem a resolução. Caso se estenda mais o prazo para entrega dessa documentação  
97 faltante, teria que abrir exceções também a outras entidades que perderam por não entregar a  
98 documentação. O presidente em exercício Leandro Soares Machado esclarece alguns pontos. O prazo  
99 para entrega era até 30 de maio. A comissão teria até a presente data para dar o parecer ao pleno. O  
100 conselheiro Isaías Cantóia fala que não se pode criar uma exceção para este caso, já que há a  
101 resolução, não se pode mexer no processo, as entidades que perderam o prazo, infelizmente, foram  
102 avisadas de todas as formas. O presidente em exercício Leandro Soares Machado coloca em votação  
103 se aprova as entidades que estão com documentos pendentes segundo a comissão ou reprova. Por  
104 unanimidade dos presentes, todas as entidades que estão com a documentação pendente não  
105 recebem a certificação do Conselho Municipal de Saúde. 3. **Informes Gerais:** O presidente em  
106 exercício informa que em ofício recebido na semana anterior, o presidente Jefferson Leandro Gomes  
107 Palhão justifica sua ausência e deixa o vice como presidente interino Leandro Soares Machado. O  
108 presidente em exercício solicita **inserção de pauta do plano de aplicação da Entidade Rede Feminina  
109 de Combate ao Câncer**, Aprovada por unanimidade dos presentes (18) dezoito votos. **A inserção de  
110 pauta referente ao ofício do MOPS.** Aprovado por unanimidade dos presentes (18) dezoito votos. O  
111 conselheiro Isaías Cantóia informa que no final deste ano vai acontecer uma plenária estadual de  
112 conselhos de saúde, nesta plenária é importante a participação de conselheiros; neste ano a  
113 comissão organizadora solicita que o representante seja participativo e que repasse os assuntos. 4.  
114 **Ordem do Dia. 4.1. Votação do cadastro das entidades: “Asilo São Vicente de Paulo”, “Associação  
115 de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)”, “Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais”,  
116 “Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa (ADFPG)”, “Associação Pontagrossense de  
117 Portadores das Deformidades Faciais (APPDF)”, “Associação Artesanal do Excepcional de Ponta  
118 Grossa (ASSARTE)”.** A conselheira Cláudia Saveli sugere que seja inserida na pauta a aprovação das  
119 entidades que foram aptas a receber o certificado no conselho na reunião que aconteceu na presente  
120 data antes da reunião ordinária. Aprovada a inserção de pauta por unanimidade. **Aprovadas por  
121 unanimidade a certificação das entidades: “Asilo São Vicente de Paulo”, “Associação de Pais e  
122 Amigos dos Excepcionais (APAE)”, “Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais”, “Associação dos  
123 Deficientes Físicos de Ponta Grossa (ADFPG)”, “Associação Pontagrossense de Portadores das  
124 Deformidades Faciais (APPDF)”, “Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa (ASSARTE)”  
125 “Hospital São Camilo”, “Associação Reviver de Assistência ao portador do vírus HIV”, “Grupo  
126 Renascer de Apoio ao Homossexual”, “Associação Hospitalar Bom Jesus”. 4.2. **Apresentação do Plano****



127 **da Entidade Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa (ASSARTE).** Por falta de algum  
128 membro da entidade, não ocorrerá apresentação. O conselheiro Isaías fala que a secretaria executiva  
129 deve informar que constava na pauta a apresentação e não veio nenhum membro da entidade. **4.3.**  
130 **Votação do Projeto Consultório na Rua.** O projeto foi passado por todas as comissões. Em regime de  
131 votação, por unanimidade dos presentes projeto Consultório na Rua é aprovado. É colocado em  
132 votação o Plano de aplicação da Entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer, aprovado por  
133 unanimidade dos presentes. **4.4. Votação do Plano de Aplicação da Rede Feminina de Combate ao**  
134 **Câncer.** O presidente em exercício fala do Plano de Aplicação da Entidade Rede Feminina de Combate  
135 ao Câncer, pois na ultima reunião a entidade apresentou o projeto e solicitou que fosse avaliado pela  
136 comissão de orçamentos, o projeto foi avaliado e o posicionamento da comissão é favorável a  
137 aprovação desse Plano de Aplicação. Aprovada por unanimidade dos presentes por 18 (dezoito) votos  
138 favoráveis o Plano de Aplicação da Rede Feminina de Combate ao Câncer. **4.5. Votação referente ao**  
139 **ofício do MOPS.** O presidente interino explica que o MOPS entidade que o mesmo representa,  
140 encaminhou ofício ao Conselho, solicitando a vaga da entidade do **“Sindicato dos Empreg. de Emp.**  
141 **De Seg., Vig., Transp. Valores e Trabalhadores em vigilância, Segurança Orgânica, de Ponta Grossa e**  
142 **Região”** que não apareceu em nenhuma das reuniões, uma vez que cinco faltas não justificadas  
143 podem resultar em perda de vaga no Conselho. Como a entidade MOPS ficou na suplência, entende-  
144 se que a mesma deva receber a vaga. Aprovado com 17 votos favoráveis e 1 voto contrário. Sem mais  
145 assuntos a tratar a reunião é encerrada às 19h: 45min.